

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NA CIDADE: NÃO SÓ DE PISTA DE SKATE, VIVE O SKATISTA DE RECIFE-PE

Recebido em: 02/08/2018

Aceito em: 13/04/2019

*Vilde Gomes de Menezes*¹
*Lorena de Oliveira Carvalho*²
*Tetsuo Tashiro*³

Universidade Federal de Pernambuco
Recife – PE – Brasil

*Tony Honorato*⁴
Universidade Estadual de Londrina
Londrina – PR – Brasil

RESUMO: Em contextos urbanos, há o aumento de skatistas. Essa realidade remete ao setor público, especialmente municipal, demandas relacionadas às políticas públicas que contribuam para a manutenção e incremento dos espaços coletivos. Este estudo objetivou analisar os espaços públicos disponíveis para prática de *skate* na cidade de Recife-PE. A pesquisa, de natureza qualitativa e quantitativa, contou com dados de entrevistas com cem skatistas colaboradores. Como resultado é imprescindível a implantação e manutenção de locais adequados, organizados e descentralizados para garantir direitos de acesso aos cidadãos interessados na modalidade *skate*. A descentralização dos espaços pode assegurar aos usuários a ocupação democrática e participativa.

PALAVRAS CHAVE: Políticas Públicas. Esportes. Atividades de Lazer. Skate. Cidade.

PUBLIC POLICIES OF SPORTS AND LEISURE IN THE CITY: NOT ONLY OF SKATEPARKS, LIVES RECIFE'S SKATEBOARDER

ABSTRACT: In urban contexts, there is the growth of skateboarders. This reality refers to the public sector, especially municipal, demands related to public policies that contribute to the maintenance and increase of collective spaces. This study aimed to

¹ Graduação em Educação Física pela Universidade de Pernambuco. Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutorado em Ciência do Desporto pela Universidade do Porto-PORTUGAL. Professor da UFPE.

² Membro do Laboratório em Gestão de Políticas de Saúde, Esporte e Lazer da UFPE.

³ Membro do Laboratório em Gestão de Políticas de Saúde, Esporte e Lazer da UFPE.

⁴ Pós-doutor, Doutor e Mestre em Educação. Licenciado em Educação. Professor do Departamento de Educação Física e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina.

analyze the public spaces available for skateboarding in the city of Recife-PE. The research, of qualitative and quantitative nature, had data from interviews with 100 skateboarders collaborators. As a result, it is essential to set up and maintain adequate, organized and decentralized locations to guarantee access rights for citizens interested in skateboarding. The decentralization of spaces can assure users of democratic and participatory occupation.

KEYWORDS: Public Policy. Sports. Leisure Activities. Skateboard. City.

Introdução

No conjunto de direitos sociais previsto na Constituição Brasileira é referenciado o esporte e o lazer, como consta no artigo 217, pelo qual “o Estado passa a ter o dever de fomentar práticas desportivas não formais e formais, como direito de cada um” (BRASIL, 1988, p. 121). Diante disso, são elaboradas formas de políticas, políticas públicas e políticas públicas de esporte e lazer no país, nos estados e nas cidades.

Segundo Bobbio; Matteucci e Pasquino (2000), a obra de Aristóteles trouxe à tona os principais conceitos de política, expandindo o conceito que passa a se referir a não só a cidade, mas também ao que é urbano, público, civil e social. Por sua vez, a política pública é compreendida como “programa de ação governamental para um setor da sociedade ou espaço geográfico” (BUCCI, 2002, p. 252). Já a política pública de esporte e lazer é caracterizada por criações ativas de uma sociedade que visam à garantia dos direitos sociais dos cidadãos. As três categorias na realidade prática se entrelaçam e são interdependentes nas ações governamentais em nome do atendimento dos direitos sociais.

O que hoje consideramos como direitos sociais pressupõe a garantia e a provisão, por parte do Estado, de políticas capazes de dar suporte ao bem-estar de todos os cidadãos. Os conteúdos ou as áreas sociais implicados na promoção do bem-estar social constituem direitos mínimos e universais, conquistados historicamente. Devem ser compreendidos como uma construção decorrente dos múltiplos conflitos e interesses que legitimam as chamadas democracias capitalistas contemporâneas (LINHALES, 1998, p. 73).

Os direitos sociais deveriam ser contemplados por meio de ações governamentais. Estas ao atender a sociedade com relação a uma determinada demanda de esporte e de lazer, são denominadas de políticas públicas setoriais (STAREPRAVO; SOUZA e MARCHI JR, 2011). No Brasil, o setor esportivo e de lazer tem provocado o envolvimento progressivo do poder público na regulação e promoção de políticas públicas para diferentes manifestações, entre elas as consideradas como esportivas e de lazer no cenário urbano.

Nas cidades as manifestações esportivas e de lazer, consideradas ‘radicais’, cada vez mais aumentam seu número de modalidades e de praticantes no Brasil. E passam a exigir políticas setoriais e intersetoriais pautadas em diretrizes como promover a democratização do acesso às modalidades e criar mecanismos para uma efetiva participação da população na definição e controle das políticas e recursos investidos (VERONEZ; *et al.*, 2012).

Embora as ações governamentais pouco tenham se atentado as manifestações de esporte e de lazer menos convencionais, as modalidades consideradas ‘radicais’ estão presentes no cenário brasileiro desde a década de 1960 e valorizaram-se socialmente ganhando adeptos, admiradores, diferentes significados e novas tecnologias (FERNANDES, 1998; COSTA, 2000; UVINHA, 2001; HONORATO & GEBARA, 2004; DIAS, 2008; PEREIRA, ARMBRUST & RICARDO, 2008; FORTES, 2009; BRANDÃO, 2012).

Cabe destacar que para a literatura não há um consenso sobre as denominações de tais manifestações, o que nos leva a identificar noções de esporte e de lazer com adjetivações do tipo ‘radicais’, ‘aventura’, ‘natureza’, ‘risco’, ‘ação’, ‘extremo’, ‘urbanos (as)’, ‘turismo de aventura’, ‘californianos’, entre outras. Não temos aqui a

premissa de avançar o debate sobre tais denominações, sendo assim, e entre um conjunto de tipos de manifestações, elegemos uma para discutir políticas públicas de esporte e lazer na cidade, trata-se da prática de *skate*.

Sem situar o *skate* em uma taxionomia do esporte e lazer, cabe-nos o desafio, como empreendido por Costa (2004), Honorato (2005), Graeff (2006), Machado (2011), Brandão (2011; 2012) e outros, de evidenciar particularidades da prática corporal de natureza sociocultural por aqueles que a constrói. Isto é, mais especificamente, nesta pesquisa, pelos próprios skatistas que vivem a implantação das políticas públicas destinadas às suas áreas de interesse no cenário citadino.

A prática de *skate* surgida nos Estados Unidos da América na primeira metade do século XX (BROOKE, 1999), teve sua introdução no Brasil durante os anos de 1960, no período da Ditadura Militar, associada a um processo de transformação dos comportamentos e estilos de vida em sociedade (BRANDÃO, 2011; 2012; HONORATO, 2013). A partir do final da década de 1970, o *skate* avançou no seu processo de esportivização no país, isso culminou na construção de pistas públicas, na introdução de circuitos nacionais e estaduais, na promoção de campeonatos profissionais, amadores e iniciantes, na presença de patrocinadores, na edição de revistas especializadas, no surgimento de associações como a *Confederação Brasileira de Skate – CBSK* (BRANDÃO, 2008; HONORATO, 2013). Destaca-se também que tal prática se alastrou no modo de vida brasileiro, o *Instituto Datafolha*, em 2015, publicou o resultado de uma pesquisa encomendada pela CBSK (2015), indicando aproximadamente 8.450.000 (oito milhões e quatrocentos e cinquenta mil) praticantes de *skate*, assim significando que em pelo menos 11% dos domicílios brasileiros reside um (a) morador (a) adepto (a) da modalidade.

Os avanços do *skate* no modo de vida do brasileiro potencializam a necessidade de estudar as políticas públicas de esporte e lazer, particularmente aquelas destinadas aos espaços de oferta e vivência da modalidade em tela. Pois, compreende-se que os espaços urbanos de esporte e lazer devem conter estruturas básicas específicas ou flexíveis, adaptadas, simples ou complexas, funcionais e acessíveis que ofereçam possibilidade de ocupação e acesso a todos, valorizando os estilos de vida e a promoção da cidadania (FORUM, 2009).

A implantação e utilização de espaços públicos apropriados para a prática de *skate* são pertinentes para o incentivo e crescimento da modalidade e para formação do cidadão. Nos espaços públicos os sujeitos podem desenvolver direitos sociais, princípios de cidadania de mundo democrático, vínculos sociais necessários à vida e comprometimento para com si, com o outro e com a coisa pública.

Ampliar e democratizar as informações sobre a prática de *skate* fazem-se necessário para aumentar a visibilidade dos direitos sociais das pessoas envolvidas e para identificar como as políticas públicas de esporte e lazer estão interferindo no desenvolvimento da modalidade em configurações urbanas específicas. Para este estudo elegemos a cidade de Recife-PE, por estar na região Nordeste que foi responsável por 27% da amostra da pesquisa supracitada empreendida pelo *Instituto DataFolha*, ficando atrás somente da região Sudeste 44% (CBSK, 2015). Soma-se também a inexistência de produção científica sobre as políticas públicas de esporte e lazer para o *skate* na cidade de Recife.

Assim segundo a percepção do skatista sobre as políticas de esporte e lazer, este estudo tem como objetivo analisar os espaços públicos disponíveis para prática de *skate* na cidade de Recife-PE. Para tanto, caracterizamos o perfil dos praticantes e dos

espaços públicos destinados à atividade e apresentamos limites que impactam na política pública voltada à prática de *skate*. Os dados revelam-nos que o poder público necessita investir muito mais do que simplesmente construir pistas no cenário citadino.

Métodos

A pesquisa caracteriza-se como de caráter analítico descritivo, de abordagem qualitativa e quantitativa. Conforme Thomas e Nelson (2002), este tipo de pesquisa, por meio de instrumentos objetivos, trata-se de produzir dados no ambiente natural do grupo pesquisado, o que permite elaborar resultados através de análises estatísticas e interpretativas.

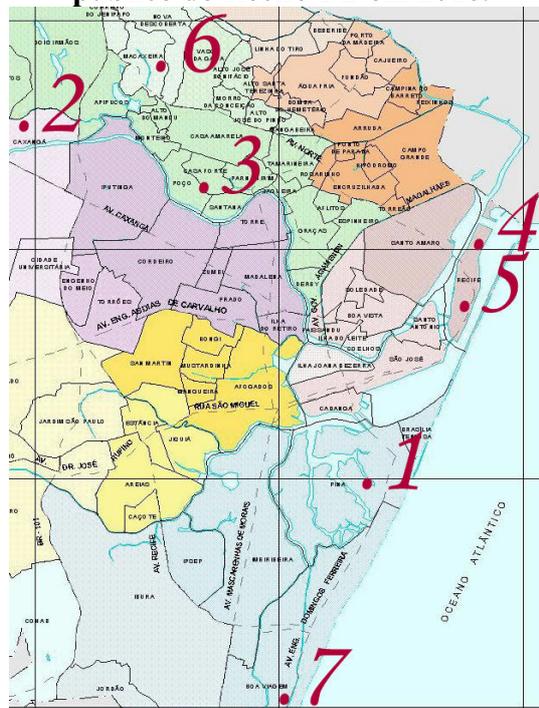
Para tanto, foram produzidos dados primários coletados a partir da aplicação de um questionário, com perguntas no formato de escala de *likert* nas quais os colaboradores puderam especificar níveis de satisfação e com perguntas estruturadas abertas as quais exigiam respostas discursivas sobre um tema. Os temas abordados no questionário foram sobre: caracterização do colaborador (idade, sexo, instrução); avaliação sobre as pistas de skate; avaliação sobre estrutura para a prática (iluminação, banheiro, bebedouro, segurança); divulgação da atividade; avaliação sobre a gestão das políticas públicas direcionadas à modalidade e aos seus respectivos espaços; existência de incentivos por parte do poder públicos nos bairros; acesso às informações sobre os avanços da prática de *skate*; expectativas em relação às iniciativas do poder público para o desenvolvimento da modalidade.

Os dados coletados estão registrados no formato de roteiro de entrevistas, em suporte papel, e estão acondicionados no Laboratório de Gestão de Esporte e Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

O universo da pesquisa circunscreve-se à cidade do Recife. Em Pernambuco, Recife é capital do Estado e referência de uma região metropolitana configurada em quatorze municípios, a saber: Abreu e Lima, Araçoiaba, Camaragibe, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata (ATLAS, 2006; IBGE, 2012).

Em Recife, identificamos sete espaços para a prática de *skate*, geridos pelo poder público, conforme o mapa:

Figura 1: Localização geográfica dos espaços de skate administrados pelo poder público de Recife-PE em 2016.



As coletas de dados ocorreram nos respectivos espaços: 1. Rodão do Pina - *Skatepark* ‘Marcelo Lyra’; 2. *Skatepark* ‘Caxangá’; 3. *Skatepark* ‘Parque Santana’; 4. Marco Zero (MZ); 5. *Aurora Skatepark*; 6. *Skatepark* ‘Parque da Macaxeira’; 7. *Skatepark* ‘Parque Dona Lindú’. A eleição de tais espaços se deu em razão do critério

de maior fluxo de presença de praticantes e de maior reconhecimento pela comunidade skatista. As coletas foram realizadas durante dois meses do primeiro semestre de 2016.

A população do estudo foi constituída por praticantes de *skate* nos espaços supracitados, contando com a colaboração de 100 (cem) entrevistados, sendo do sexo feminino e do masculino, moradores de diversos bairros da cidade, eleitos de forma aleatória.

Para inclusão na pesquisa, elegemos como critério a participação de colaboradores maiores de 18 anos idade e praticantes de skate (independente de estilo *street, free-style, vertical* etc.). Não participaram indivíduos menores de 18 anos de idade. Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o estudo tomou como referência as orientações éticas em pesquisa com seres humanos, conforme preconiza a resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde do Brasil.

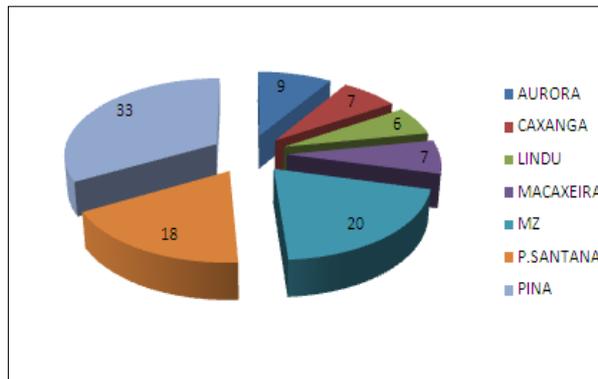
Para análise dos dados foram empregadas ferramentas de informática no formato de planilha eletrônica *Excel* e pacote estatístico *SPSS-10.0*. Os dados foram organizados em gráficos e tabelas.

Resultados e Discussão

Como resultado da pesquisa, apresentamos, primeiramente, dados referentes à caracterização dos colaboradores. Ao todo foram entrevistados 100 (cem) skatistas, sendo do sexo masculino (86%) e feminino (14%). Maior parte com idade entre 18 e 30 anos (88%) e acima de 30 anos (12%). Maior quantidade com grau de instrução de ensino médio (54%), seguido de ensino superior (23%), ensino fundamental (16%) e nenhum (4%).

A seguir tem-se um gráfico com a distribuição dos números de entrevistados por espaço públicos (pistas, parques) por eles frequentados no período da coleta de dados:

Gráfico 1: Nome dos locais de intervenção e quantidade de skatistas entrevistados.

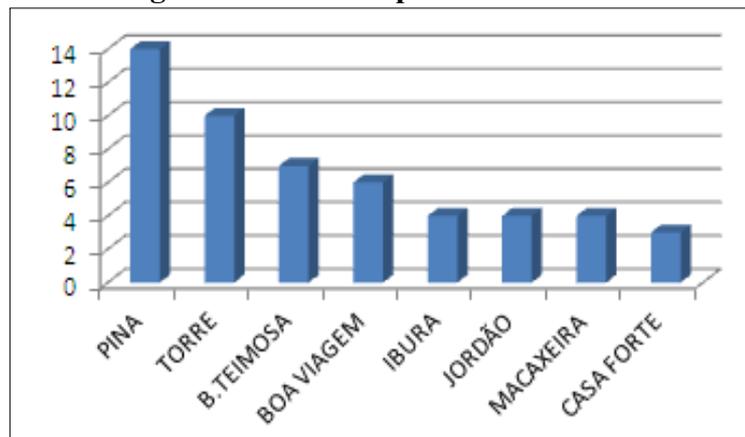


Os skatistas entrevistados são frequentadores dos lugares descritos no Gráfico 1: Rodão do Pina – *Skatepark* ‘Marcelo Lyra’, Marco Zero (MZ), Parque ‘Santana’, Aurora *Skatepark*, Parque da ‘Macaxeira’, *Skatepark* ‘Caxangá’, Parque ‘Dona Lindú’.

A escolha dos locais pelos skatistas para a prática da modalidade pôde ser percebida em respostas como: “*maior concentração de skatistas*”; “*concentração de amigos*”; “*por ser o melhor local*”; “*lugar mais próximo de casa*”; “*o mais favorável*”.

Quando questionados em qual bairro da cidade eles residem, obtivemos como respostas:

Gráfico 2: Origem dos skatistas por bairros mais citados.



A relação entre o lugar onde o skatista costuma praticar a modalidade e o bairro onde reside, indica que os praticantes procuram os espaços públicos mais próximos e frequentados pelos seus pares, o que não significa deixar de buscar outras experiências em lugares distintos. Essa interpretação remete à caracterização da individualização skatista analisada por Honorato (2012, p. 47), que compreende o skatista como “indivíduo urbano contemporâneo produtor de configurações sociais, de rede relacional e produtor de um tempo disponível para o exercício da modalidade *skate*”.

A individualização skatista no social está relacionada às dinâmicas interpessoais e à ocupação dos lugares vivenciados socialmente. Por outro lado, o fato de um praticante frequentar as *skateparks* mais próximas do seu bairro, não significa analisar que o poder público ao construir aparelhos esportivos não teve a intencionalidade de conformar grupos em suas regiões, geralmente periféricas. Pois muitos governantes coíbem a prática de *skate* em qualquer espaço público que não seja destinado para a

prática da atividade⁵. O que historicamente, segundo Brandão (2012), tais proibições geraram muitas tensões, conflitos e manifestações entre skatistas e poder público, o que também fomentou representações sobre quem são os skatistas.

Assim compreende-se que para o avanço da modalidade é fundamental a construção de novas pistas no cenário da cidade fomentadas pelas políticas públicas de esporte e lazer. Todavia, compreende-se também que os skatistas vão continuar a buscar configurações alternativas e transgressoras de determinados *status quo* num espaço não dominado por seu grupo. Isso é característica da individualização skatista que busca novas emoções pelas ruas e aparelhos citadinos. Neste último caso, o que o poder público poderia desenvolver são campanhas de valorização do *ethos* skatistas, ao invés de proibição da ocupação de espaços e de repressão polícial.

O poder público colaboraria com o entendimento de que a política de esporte e lazer deveria de fato se voltar à garantia dos direitos sociais dos cidadãos tendo como foco quem são eles e o que eles propõem. As políticas de esporte e lazer seriam uma forma pública participativa de governar, incentivando a descentralização, a participação popular e a oportunidade de inclusão e visibilidade de grupos sociais marginalizados nos municípios (SALDANHA FILHO, 2003).

Para caracterizar os espaços voltados à prática de *skate* em Recife e geridos pelo poder público, verificamos os seguintes elementos estruturais:

⁵ Ainda, há espaços públicos frequentados por skatistas geradores de polêmicas com poderes públicos, por exemplo: o caso da ladeira situada entre a Av. Heitor Peteado e a Av. Dr. Arnaldo, na zone Oeste da cidade de São Paulo, que teve pela Subprefeitura da Lapa o seu asfalto trocado por paralelepípedo para evitar a presença dos praticantes de *skate* e atender uma reivindicação da Sociedade de Moradores do Sumaré, como noticiou o jornal Folha de São Paulo, em 20 de abril de 2012 (OLIVEIRA, 2012).

Tabela 1: Caracterização da estrutura das pistas de skate de Recife-PE

CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO	CLASSIFICAÇÃO				
	1	2	3	4	5
SEGURANÇA	33	28	19	15	5
ILUMINAÇÃO	14	12	20	36	18
BANHEIROS	51	23	9	12	5
BEBEDOUROS	78	8	8	5	1
PISTA	15	15	29	22	19
OBSTÁCULO	23	15	25	25	12

1= muito insatisfeito; 2= insatisfeito; 3= nem satisfeito/nem insatisfeito; 4=satisfeito; 5= muito satisfeito.

As pistas e seus respectivos obstáculos estão em níveis de satisfação bem equilibrados, respostas sobre um contexto geral. Segundo os skatistas, a pista do Rodão do Pina apresenta-se como local de melhores condições para prática da atividade. Como ponto negativo, destacaram a falta de manutenção de obstáculos e de limpeza dos locais.

No aspecto segurança, a maior parte dos skatistas encontra-se muito insatisfeita ou insatisfeita com os locais que frequentam, apenas 20% deles apontam a segurança como algo suficiente, sendo estes frequentadores do espaço do Rodão do Pina, único local observado com a presença de policiamento.

A iluminação foi considerada satisfatória por maior parte dos colaboradores, essa foi uma caracterização destacada principalmente pelos praticantes no Rodão do Pina, Marco Zero, Parque ‘Dona Lindú’ e *Skatepark* Caxangá. Porém, registramos relatos de indignação com o fechamento do Parque da ‘Macaxeira’ em fim de tarde devido a problemas elétricos e de infraestrutura, inviabilizando qualquer atividade no local na parte da noite, problema considerado antigo. Houve registros também sobre a

má iluminação no Aurora *Skatepark* e na pista do Parque ‘Santana’, tais condições, segundo os entrevistados, comprometem a visibilidade dos obstáculos, logo a integridade física dos usuários, e aumentam a insegurança nos espaços.

Banheiros são existentes apenas no Parque ‘Santana’, Parque da ‘Macaxeira’ e Parque ‘Dona Lindú’. São inexistentes no Marco Zero, Aurora *Skatepark* e *Skatepark* ‘Caxangá’. Este elemento estrutural fora considerado pelos frequentadores como algo de uma inevitabilidade fisiológica e de necessidade para quem fica um tempo considerável no local. No caso do Rodão do Pina, onde se encontra a *Skatepark* ‘Marcelo Lyra’, por localizar-se na orla da Praia do Pina, tem a possibilidade de banheiro, porém os banheiros encontram-se distantes do local da pista de *skate*.

Os bebedouros de água também foram alvos de muita insatisfação. A água potável é essencial para hidratar o corpo do praticante, ainda mais na cidade de Recife onde o calor é intenso em praticamente o ano todo. Tanto os bebedouros quanto os banheiros existentes foram apontados como equipamentos que recebem má manutenção do poder público, o que tem colaborado para condições de insalubridades dos espaços para a prática de *skate*.

Conforme os entrevistados, dentre outros limites que impactam no cotidiano da prática de *skate* foram então registrados nas respostas discursivas: a falta de incentivo do governo; falta de local ideal; falta de tempo para praticar a modalidade ainda mais; asfaltos ruins pelas ruas e avenidas da cidade; distância do local onde mora para um local apropriado para prática; a impossibilidade em dias chuvosos não havendo cobertura nas pistas, na pesquisa identificou-se apenas um local coberto em Recife, o *Skatepark* de Buriti, localizada no Centro Popular de Esporte e Lazer da ‘Macaxeira’/Campo União; o preconceito, uma vez que viver a cultura skatista é

representado pelas pessoas como ação marginal, de vagabundo ou de viciados em drogas.

Mesmo diante de diversos fatores, 14% dos colaboradores alegaram que nada dificulta praticar a modalidade de forma sistemática e anulatória em sua vida, dizendo ainda, de forma romântica: “*superar tudo por amor ao skate e ao estilo de vida*”. Destaca-se que os skatistas buscam ressignificar espaços urbanos em resposta às demandas e necessidades individuais e coletivas no meio social e cidadão.

Em específico sobre o nível de satisfação sobre a participação do poder público na divulgação e na promoção de áreas de lazer destinadas à vivência da prática de *skate*, os entrevistados assinalaram:

Tabela 2: Sobre a participação do Poder Público

Participação p.p	CLASSIFICAÇÃO				
	1	2	3	4	5
DIVULGAÇÃO	37	28	11	14	10
ÁREAS DE LAZER	23	33	28	11	5

1= muito insatisfeito; 2= insatisfeito; 3= nem satisfeito nem insatisfeito; 4= satisfeito; 5= muito satisfeito.

Tanto no tema divulgação quanto no tema áreas de lazer para a prática de *skate*, os níveis de insatisfação superam em muito os de satisfação. Isso porque há o entendimento de que os espaços sofrem precarizações, carecem de manutenção e investimento em infraestrutura básica (como também revelado na Tabela 1). Quanto à divulgação, há o entendimento de que os governos, estadual e municipal, incentivam pouco a modalidade *skate* por meio de suas publicações e campanhas de comunicação

nas mídias, bem como deixa de canalizar recursos de fomentos para promoção de campeonatos ou eventos de oportunidade para iniciantes na atividade.

Segundo os entrevistados, um mecanismo significativo e não o único para a promoção da atividade cidadã skatista é por meio da realização de competições, campeonatos e eventos. Isso fica evidente quando eles registram ter maior interesse na vivência social da prática quando assistem algum campeonato ao vivo ou pela *internet*. Contudo, como alerta Machado (2011; 2012), se o poder público formatar e disciplinar as competições tende a descaracterizar sentidos da cidadania skatista. Esta implica a participação efetiva nas organizações das competições que devem garantir criatividade, prazer, irreverência, caráter lúdico, diversas formas de sociabilidade e garantir modos citadinos de ser, sem se limitar a eficácia do movimento, do tempo e do espaço.

Não o bastante, os skatistas responderam que outra forma de incentivar a divulgação da modalidade é o apoio à produção de vídeos que circulam entre eles. Os vídeos são de diversas fontes de produção, inclusive os skatistas de diferentes níveis técnicos produzem os seus próprios vídeos. Isso representa a era digital vivida por nós na contemporaneidade. Já como uma resposta positiva, segundo os entrevistados, caso o poder público melhorasse a infraestrutura das pistas de *skate*, a localidade urbana ampliaria a oferta da atividade e promoveria a cidade no cenário nacional, com isso estimularia ainda mais o turismo, uma das forças do estado de Pernambuco.

Também foi aventada a ideia de criar e potencializar a oferta de projetos de *skate* no bairro como incentivo à população infantil e/ou juvenil. Apenas 4% dos entrevistados indicaram conhecer “escolinhas de *skate*” em seu bairro. A política pública de escolinhas permite desenvolver as atividades esportivas e de lazer de forma pedagógica e educativa. Segundo Freire e Schwartz (2005), as escolinhas são admitidas

como possibilidades educacionais e formadoras dos cidadãos. Ainda, entendemos as escolinhas de esportes como lugares sociais, espaços públicos e de cidadania que deveriam ser propostos e geridos de forma prioritária, possibilitando o livre acesso. Estes espaços configurariam outras dinâmicas de sociabilidades e territoriais na produção das subjetividades das identidades coletivas.

A partir dos resultados obtidos, verifica-se a indispensabilidade de conhecer de que maneira a prática de *skate* se manifesta segundo o olhar do skatista. Como ela está articulada e relacionada às ações governamentais, a fim de proporcionar políticas públicas que facilitem a interação entre as demandas sociais e o governo para uma melhor viabilidade das ações aplicadas nessa área do setor do esporte e lazer na cidade.

Considerações Finais

Conforme o entendimento dos skatistas entrevistados, sobre a participação do poder público na organização, estruturação e oferta da modalidade *skate*, observamos a importância de maior desenvolvimento de políticas públicas por meio de projetos para o atendimento populacional em diversos bairros da cidade de Recife-PE. Para tanto, necessitaria de maior investimento na divulgação da prática e da cultura skatista, isso contando com os sentidos do que é ser skatista produzido pelos próprios protagonistas.

Torna-se imprescindível a implantação e manutenção de locais adequados, organizados e descentralizados para garantir direitos de acesso aos cidadãos interessados na modalidade *skate*. A descentralização dos espaços pode assegurar aos usuários a ocupação democrática e participativa, mas isso sem o objetivo de conformar e enquadrar os skatistas em pistas edificadas em suas comunidades periféricas. Os espaços deverão ser adequados, não somente em termos de obstáculos de pistas, mas

constituídos de estrutura compostas também com banheiros, bebedouros, iluminação e limpeza frequente, possibilitando então maior adesão e aderência do público ao ambiente de produção de cidadanias.

Por fim, os dados da pesquisa indicam que não é só de pista de *skate* que vive o skatista na cidade. Embora, as pistas e seus respectivos obstáculos dão visibilidades às políticas públicas de esporte e lazer implantadas na cidade, a efetivação satisfatória de direitos aos cidadãos carece de um programa de ações estruturais que permitirá o atendimento e o entendimento das demandas sociais de um setor da sociedade.

REFERÊNCIAS

ATLAS. **Atlas Desenvolvimento Humano no Recife**. Recife: Prefeitura, 2006. Disponível em: <https://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/> Acesso em: 27 set. 2016.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília: UnB, 2000.

BRANDÃO, L. Entre a marginalização e a esportivização: elementos para uma história da juventude skatista no Brasil. **Record**: Revista de História de Esporte, v. 1, n 2, p. 1-24, dez., 2008.

_____. **A cidade e a tribo skatista: juventude, cotidiano e práticas corporais na história cultural**. Dourados: Editora, UFGD, 2011.

_____. **Por uma história dos “esportes californianos” no Brasil: o caso da juventude skatista (1970-1990)**. 2012. 300f. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Diário Oficial [da] União, Poder Legislativo, Brasília, n. 191-A, 1988.p.121.

BROOKE, M. **The concrete wave: the history of skateboarding**. EUA: Warwick House Publishing, 1999.

BUCCI, M. P. D. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CBSK. Confederação Brasileira de Skate. **Pesquisa DataFolha 2015**. Disponível em: https://www.cbsk.com.br/uploads/ckeditor/attachments/4449/Pesquisa_Datafolha_2015.pdf Acesso em: 27 set. 2016.

COSTA, V. L. M. **Esportes de aventura e risco na montanha**: um mergulho no imaginário. São Paulo: Manole, 2000.

COSTA, M. R. M. **Aventura e risco no skateboard – street**: um estudo do imaginário social de jovens skatistas. 2004. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2004.

DIAS, C.A.G. **Urbanidades da natureza**: o montanhismo, o surfe e as novas configurações do esporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

FERNANDES, R. C. Reflexões para um estudo acadêmico. **Conexões** – Educação, Esporte e Lazer, Campinas. v. 1, n. 1, p. 96-105, 1998.

FORTES, R. Os anos 80, a juventude e os esportes radicais. PRIORE, M. D.; MELO, V. A. (Orgs.). **História do esporte no Brasil**: do império aos dias atuais. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 417-452.

FORUM. Relatório final. In: 8º FÓRUM DE ESPORTE E LAZER NOS ESPAÇOS URBANOS. 2009. Florianópolis, **Anais...** Florianópolis, 2009. Disponível em: https://www.unesporte.org.br/documentos/DOCUMENTO_8_FORUM%20INTERNAZIONALE_DE_ESPORTES.pdf. Acesso em: 27 set. 2016.

FREIRE, M.; SCHWARTZ, G.M. A caminhada na natureza nas aulas de Educação Física: consolidando atitudes pró-ativas. **Coleção Pesquisa em Educação Física**. Jundiaí: Fontoura, v. 4, n. 4, p. 7-10, jun., 2005.

GRAEFF, B. **Estilo de vida e trajetórias sociais de skatistas**: da vizinhança ao corre. 2006. 174f. Mestrado (Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

HONORATO, T.; GEBARA, A. Esportes radicais e tecnologização. In: III CONGRESSO CIENTÍFICO LATINO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO FÍSICA. 2004. Piracicaba. **Anais...** Piracicaba: Editora UNIMEP, 2004. p. 01-09.

HONORATO, T. **A tribo skatista e a instituição escolar**: o poder escolar em uma perspectiva sociológica. 2005. 208 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2005.

HONORATO, T. Skatistas, escola e poder. In. BRANDÃO, L.; HONORATO, T. **Skate e skatistas**: questões contemporâneas. Londrina: UEL, 2012. p. 41-62.

HONORATO, T. A esportivização do skate (1960-1990): relações entre o macro e o micro. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 35, n. 1, p. 95-112, jan./mar., 2013.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/> Acesso em: 14 abr. 2016.

LINHALES, M. A. São as políticas públicas para a educação física/esportes e lazer, efetivamente políticas sociais? **Motrivivência**, Florianópolis, Ano 10, n. 11, p.71-81, jul. 1998.

MACHADO, G. M. C. **De “carrinho” pela cidade: a prática do street skate em São Paulo**. 2011. 268 f. Dissertação de Mestrado (Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.

MACHADO, G. M. C. De skate pela cidade: quando o importante é (não) competir. **Cadernos de Campo** (USP. 1991), v. 21, n. 21, p. 171-188, 2012.

OLIVEIRA, F. Ladeira frequentada há 40 anos por skatistas recebe paralelepípedo. **Folha de São Paulo**, caderno cotidiano, C 5, sexta-feira, 20 de abril de 2012.

PEREIRA, D. W.; ARMBRUST, I.; RICARDO, D. P. Esportes radicais de aventura e ação, conceitos, classificações e características. **Corpoconsciência**. Santo André, FEFISA, v. 12, n. 1, p. 37– 55, 2008.

SALDANHA FILHO, M. Formulando políticas públicas do esporte e lazer no âmbito da cidade. In: 13º. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE (CBCE). 2003. Caxambu. **Anais...** Caxambu, v. 25, 2003.

STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, J.; MARCHI JR, W. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma proposta teórico-metodológica de análise. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 03, p. 233-251, jul./set., 2011.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

UVINHA, R. R. **Juventude, lazer e esportes radicais**. São Paulo: Manole, 2001.

VERONEZ, L. F. C.; PEIL, L. M. N.; PEREIRA, E. A.; LEMOS, L. M.; MORSCHBACHER, M. Agenda 21: uma referência para elaborar políticas públicas de esporte e lazer. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 15, n. 3, p. 759-772, jul./set. 2012.

Endereço dos Autores:

Vilde Gomes de Menezes
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
Departamento de Educação Física
Av. Prof. Moraes Rego, n.123 - Cidade Universitária
Recife – PE – 50.670-901
Endereço Eletrônico: vildemenezes@hotmail.com

Lorena de Oliveira Carvalho
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
Departamento de Educação Física
Av. Prof. Moraes Rego, n.123 - Cidade Universitária
Recife – PE – 50.670-901
Endereço Eletrônico: lorebop@hotmail.com

Tetsuo Tashiro
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
Departamento de Educação Física
Av. Prof. Moraes Rego, n.123 - Cidade Universitária
Recife – PE – 50.670-901
Endereço Eletrônico: tetsuo@ufpe.br

Tony Honorato
Universidade Estadual de Londrina - UEL
Departamento de Educação Física
Rodovia Celso Garcia Cid. Pr 445, Km 380. Campus Universitário
Londrina – PR – 86.057-970
Endereço Eletrônico: tonyhonoratu@gmail.com
